

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 146

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE NOVEMBRO DE 1998
(quinta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados César Seleme e Nereu Moura.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 452/98, que objetiva dar nova redação ao art. 1º, da Lei nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963, através da qual o Poder Executivo foi autorizado a constituir a Companhia de Saneamento do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.11.98

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário dispensa de Redação Final, ao Projeto de Lei nº 388/98, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Formação São Francisco de Assis, da Mangueirinha.

Sala das Sessões, em 12.11.98

(aa) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Péricles Mello, Paulo Gorski, Nereu Moura e Emerson Nerone.

REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja constituída uma delegação de Deputados para intermediar a negociação junto ao governo do Estado, a fim de que seja restabelecido os descontos em folha da mensalidade (código 5MD) dos professores para a APP-Sindicato.

Sala das Sessões, em 12.11.98

(aa) IRINEU COLOMBO, PAULO GORSKI,
PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,
JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CLAUDIO
ROMANELLI, DOUTOR ROSINHA,
NEREU MOURA, ORLANDO PESSUTI,
HORÁCIO RODRIGUES, CEZAR SILVESTRI E
BETO RICHÁ.

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da presente Sessão, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Roberto Fraiz Martinez, ocorrido no dia 11 de novembro de 1998, na Cidade de Ribeirão do Pinhal.

Roberto Fraiz Martinez, natural de Santos-SP, nascido em 07 de fevereiro de 1918, chegou ao Paraná em 1950, estabelecendo residência em Ribeirão do Pinhal. Cidade onde casou-se com

Avani de Almeida Fraiz, constituindo uma bela e grande família. Deixa, sete (7) filhos, dezoito (18) netos e quatro (4) bisnetos.

Sala das Sessões, em 12.11.98

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ignácio e Elydia Purkote Bajerski, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.11.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Tiburcio Armin e Gertrudes Armin, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.11.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Manoel e Severina Agostinho Santana, que completou 73 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Diamante". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.11.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na condição de Líder da Bancada do meu Partido, o PMDB, compareço a esta tribuna para, em meu nome, em nome dos Deputados Renato Adur, Nereu Moura, Caíto Quintana, Paulo Gorski, Antonio Annibelli, Luiz Claudio Romanelli e Sâmis da Silva, dar ciência a esta Casa de moção de apoio que fazem os Senhores Deputados Estaduais da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(Lê):

"Moção de Apoio que fazem os Senhores Deputados Estaduais da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Os Deputados abaixo-assinados, que formam a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após analisarem a situação do Magistério do Estado, e sentindo a rejeição que o Plano de Desenvolvimento de Pessoal da Educação - PLADEPE, vem causando no seio dessa laboriosa classe; resolvem: lançar Moção de Apoio, aos Professores e Especialistas da Educação quanto à aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, que foi elaborado e aprovado por representantes do Magistério após discussão com todos os profissionais da área, cujo documento já se encontra

desde o dia 17 de junho nesta Assembléia Legislativa, aguardando votação.

Além do mais, posicionam-se contrários à tentativa do Governo do Estado de tentar impor o chamado Plano de Desenvolvimento de Pessoal da Educação - PLADEPE, cujo plano desestrutura a carreira profissional do Magistério, pois não somente acaba com o regime estatutário, como, também, cria a contratação por escola, promovendo a rotatividade de mão-de-obra, uma das formas de se rebaixar os salários dos professores.

Desta forma, expressam a sua contrariedade à falta de discussão do PLADEPE, com a classe do Magistério, que tem se manifestado contrária a um plano que desregulamenta por completo a carreira do magistério, e encaminha a Educação do nosso Estado para a privatização.

Nestes termos, fica registrada a nossa manifestação de solidariedade à laboriosa classe do Magistério do nosso Paraná.

Curitiba, em 10.11.98.

(aa) Orlando Pessuti, Renato Adur,

Nereu Moura, Caíto Quintana,

Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli
e Paulo Gorski”.

Esta nota foi discutida e assinada pelos Senhores Deputados na tarde de ontem, e pessoalmente por nós entregue ao Professor Romeu, Presidente da APP-Sindicato. Esta é, portanto, a posição da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Sejam bem-vindos os professores e todas as pessoas interessadas no Plano Educacional.

Mas, peço aos visitantes, os quais temos a honra de receber, que se conservem em silêncio, de acordo com o Artigo 110 do Regimento Interno, e seu § 4º, que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (César Seleme)

Regimento Interno: “Artigo 110 - Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 4º - Os expectadores que perturbarem a sessão, serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair imediatamente do edifício da Assembléia”.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

A leitura do Artigo 110, no seu § 4º, é para ser cumprida.

Quero evitar, sinceramente, que eu tenha que evacuar o Plenário. Então, vocês assistam a sessão,

conservem-se em silêncio, porque vocês estão em sua própria casa.

Concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, professores e funcionários das escolas públicas do Estado do Paraná.

Antes da minha intervenção, Senhor Presidente, Deputado Aníbal Khury, quero fazer um pedido para o Senhor e outro para as galerias. Que a mesa permita a manifestação de aplauso e as galerias não vão nenhum dos Deputados, se não estiverem satisfeitos com o comportamento dos Senhores Deputados. E que o Senhor Presidente permita o aplauso, assim quando o desejar. É esse o meu pedido.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Fundo Monetário Internacional, nos últimos 10, 15 anos, tem exigido dos países subdesenvolvidos do mundo, agora chamados de emergentes e já sendo tratados por segmentos importantes do mundo todo, como sub-emergentes, que é o caso de todos os países da América Latina, todos os da África e muitos da Ásia. São esses países que o Fundo elaborou um projeto.

Sabemos que vários países não aceitaram o Projeto do Fundo Monetário Internacional. Basta dar exemplos de alguns: a Índia não aceitou. Nos últimos anos, o PIB da Índia, que é um país pobre e miserável, tem tido um PIB superior, nos últimos anos, à maioria daqueles países que aceitaram o Fundo Monetário Internacional.

O Plano do Fundo Monetário Internacional visa, única e exclusivamente atender os interesses do grande capital mundial, principalmente, e do capital nacional. E essa exigência do Fundo, se dá através de alguns instrumentos que devem ser executados, entre eles, a destruição do Estado como órgão controlador do desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido é que o Fundo Monetário Internacional exige a privatização do patrimônio público de todas as estatais. Exige a destruição do Estado, terceirizando e privatizando serviços que eram executados diretamente pelo Estado.

Com essa concepção o Fundo impõe-se aos governos nacionais de muitos países, entre os quais, Fernando Henrique Cardoso, se colocam de joelhos perante o fundo e submete a nossa Nação a humilhação desse capital.

No nosso País essa política é acompanhada por muitos dos nossos Governadores. E no caso específico o Governador Jaime Lerner aqui no Estado do Paraná. Fernando Henrique põe de joelhos perante o Fundo Monetário Internacional, privatiza o nosso patrimônio, terceiriza serviços de

saúde, educação, transporte, energia e telecomunicações. Jaime Lerner não faz diferente, vende a COPEL, vende o BANESTADO, vende a SANEPAR e cria empresas, organizações sociais, para gerir aquilo que é de responsabilidade do Estado e no caso específico a Educação, criando a PARANAEDUCAÇÃO.

A PARANAEDUCAÇÃO nada mais é do que a destruição da educação pública, da escola pública de boa qualidade. E para destruir a educação pública de boa qualidade que é uma exigência do Fundo Monetário Internacional para favorecer o setor privado da educação, propõe a destruição da Organização dos Trabalhadores que resistem a isso. E para destruir faz uso de dois mecanismos, um deles é se colocar contra o Plano de Cargos Carreiras e Salários, democraticamente debatido e construído pela APP Sindicato, se contrapõem a ele com o PLADEPE, que deveria ser chamado "Plano de Destruição da Educação do Estado do Paraná e não de Plano de Desenvolvimento". Outro mecanismo de destruição da educação pública é o corte...

(Tumulto em Plenário)

Os dois pontos para decisão - um é o PLADEPE que deve ser aprovado como lei e o outro, para que não tenha resistência ao PLADEPE, a melhor coisa a se fazer é a destruição econômica da entidade que representa os interesses da educação do Estado do Paraná, que representa a defesa dos direitos dos professores, funcionários da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná. E esses mecanismos de destruição econômica dessa entidade que se chama APP Sindicato, é o corte do desconto da folha de pagamento da contribuição sindical, direito constitucional conquistado a duras lutas da classe trabalhadora enfrentando a ditadura militar, que diga-se por sinal, que durante a ditadura militar, a valorosa classe de professores e funcionários do nosso Estado fizeram três, quatro, cinco greves e jamais foi cortada a contribuição; isso agora se faz. É um ato extremamente autoritário, de repressão à Organização dos Trabalhadores.

Quero dizer, apesar de estar falando no Pequeno Expediente, que a volta do desconto ir contra o PLADEPE e pelo Plano de Cargos e Salários é o apoio da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

O momento torna-se propício, para que possamos avaliar nessa manhã de quinta-feira, todo um

processo que passa a se adotar no País e no Estado de "privatização". Palavra moderna, atual, muitas e muitas vezes cobrada em ações, empresas que o Poder Público nada tem a ver, cobrado pela sociedade e não feita pelos Governadores. No entanto, passamos a usar, ao inverso do que deveríamos fazer, a privatização pelas coisas que não deveríamos privatizar. A exemplo disso a escola pública, a educação, a saúde, a COPEL, a SANEPAR, portanto, o saneamento e o desenvolvimento.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por coerência a Bancada do PMDB, antes das eleições ainda, quando esteve aqui a APP-Sindicato, apresentando o seu plano, nós, na oportunidade, viemos à tribuna dar solidariedade e apoio total ao plano apresentado, vendo a necessidade do aprimoramento do professor, pois ele em sala de aula é o alvo principal para poder ministrar o ensino de qualidade que esperamos para o nosso povo. E, o ensino de qualidade público, gratuito, universal, aberto e disponível para as camadas mais ricas e para as camadas mais pobres. Hoje ouvi, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um comentário de rádio a favor da escola paga, alegando que nas escolas públicas existem carros estacionados na frente das portas, enquanto o que tem menos capacidade não está na escola pública. Não me parece um argumento condenarmos o filho do pobre a não poder estudar porque o filho do rico, eventualmente, esteja na escola pública.

(Aplausos)

Poderemos sim, estabelecer normas, regras, para que as pessoas possam estudar na escola. Não podemos fechar o direito de poder estudar o filho daquele que não pode pagar. Desafio os Senhores Parlamentares, quantos e quantos dos Senhores recebem das suas regiões diariamente, estudantes em busca da possibilidade de uma bolsa de estudos, de um auxílio financeiro, de um emprego para poder pagar o seu estudo? Quantos e quantos jovens acabam desistindo no meio do curso superior, por não poder pagá-lo? Quantos e quantos pais não permitem hoje mais que seu filho faça vestibular, pela desdita de ter que interromper o curso por impossibilidade de pagá-lo?

E viemos aqui, ao invés de privatizarmos os hotéis que o poder público tem, os armazéns abandonados que o poder público tem, vamos privatizar inicialmente a educação. Não, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares!

A economia a ser feita em nosso Estado e em nosso País pode começar pela privatização dos bens e serviços que constitucionalmente o poder público é obrigado a oferecer.

Vejamos, a nossa Constituição, tanto a nacional quanto a estadual, exige percentual mínimo de

recurso aplicado na educação. Portanto, há um reconhecimento constitucional de que o instrumento maior para o desenvolvimento de um país é educação para o seu povo. Qualquer tentativa de diminuir essa possibilidade, quer seja com o professor ou com o aluno, no fechamento da possibilidade de que a escola seja universal e pública é um desserviço feito à nossa Nação. É voltarmos ao tempo em que a ignorância popular era um instrumento de permanência das elites do poder. Isso não é possível que se admita no final do século XX.

Só para concluir, Senhor Presidente, dizendo que não se trata de um pronunciamento feito aqui por termos na galeria professores e estudantes. No entanto, essa Casa não pode desconsiderar a movimentação popular. E, nessa movimentação popular, sentir o apoio dos seus representantes.

Espero que Deputados recém saídos de uma eleição, quando forem firmar compromissos junto à sociedade, de defender os seus anseios e os seus direitos, sejam capazes de agora continuar a defendê-los aqui nesta Casa, onde votaremos essas matérias de suma importância para essas duas categorias.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, caros professores e professoras do ensino público do Estado do Paraná, caro amigo Presidente da APP, Professor Romeu.

Acho que nós, Deputados, temos que fazer uma pequena e breve, mas profunda reflexão do que se trata o Plano de Cargos e Salários apresentado pelo Secretário Ramiro Wahrhaftig, da Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

Não acredito que o Governo do Estado pense da forma como o Professor Ramiro está pensando, pelo menos não posso acreditar que os Deputados que dão base de sustentação e apoio político ao Governo do Estado, possam pensar como o Secretário de Educação, professor Ramiro. A questão é simples e ao mesmo tempo muito complexa. É transparente quando nos aprofundamos naquilo que está escrito no Plano de Cargos e Salário proposto pelo Governo.

A proposta é simples, Srs. Deputados: pela proposta do Governo, de Plano de Cargos e Salários, na realidade vamos estar introduzindo elementos de mercado na Educação Pública do Estado do Paraná e estaremos retroagindo há mais de 40 anos atrás, quando sociedade civil, a civilização conquistou um outro patamar para a Educação no Estado do Paraná e no Brasil inteiro.

O elemento de mercado é simples, a partir do dia que o Plano de Cargos e Salários proposto pela Secretaria de Educação, que pretensamente diz que defende o ensino público, que quer aprimorar o ensino público, que quer aperfeiçoar a vida dos professores, diretores, trabalhadores em geral na área da educação, introduz o regime de contratação por CLT no Magistério do Estado do Paraná, acaba com a garantia de todo o ensino público do Estado do Paraná.

Esta garantia de concurso público, de regime estatutário é o central, é o nervo principal, é a espinha dorsal da garantia de que o Estado, de que a sociedade na transmissão do saber, na possibilidade de que milhares e milhares de pessoas que já vivem numa sociedade profundamente desigual, aonde as contradições entre os ricos e os pobres afloram de várias formas e mais expressivas, que pelo menos na Educação os professores e a sociedade como um todo terá garantias de que os seus filhos terão acesso em igualdade ao saber.

Porque ao introduzirmos um elemento de mercado agora, para o conjunto da Escola Pública, para a contratação de professores pelo Regime de CLT, vamos estar retirando as garantias maiores da defesa da Escola Pública no Estado do Paraná.

Com o PARANAEDUCAÇÃO já ocorreu isso, ao aprovarem aqui na Assembléia há um ano atrás o PARANAEDUCAÇÃO. Permitimos que o Estado faça a política do passado quando era o seguinte: o professor de uma escola pública de 1º grau e de 2º grau, por parte do Estado, seria contratado por Regime de CLT, sem concurso público e quem indica o professor normalista, ou concurso de bacharelado, ou concurso superior na área de pedagogia para dar aula em qualquer escola no interior do Estado? Quem indica? O Secretário do Estado? Não vai ser o Secretário do Estado! Um Conselho de Sábios?

Não vai ser um conselho de sábios. Tradicionalmente, como era no passado, o delegado de polícia, o vereador, o prefeito, uma pessoa influente da sociedade indicava alguém, um professor, uma professora, para dar aula, e tínhamos o aparelho educacional do Estado como uma correia de transmissão do poder político da sociedade. Não superamos esta visão. Teve muita luta, teve muito esforço da sociedade democrática para superar essa visão, de que a educação estivesse a serviço da manutenção do poder, e por conseqüência da manutenção da desigualdade.

É triste ver que o professor Ramiro e o Estado do Paraná, através do Governo Jaime Lerner, que pretensamente se diz um homem inteligente, culto, pretenda introduzir mecanismos que destroem a garantia de que os professores tenham uma vida digna, um salário decente, e que dediquem integral-

mente a sua vida, 10, 15, 20, 30 anos para se aperfeiçoar intelectualmente, para fazer com que as pessoas e os filhos da maior parte da sociedade paranaense possa ter um conhecimento, uma capacidade crítica para enxergar a realidade, para enxergar a sociedade e de se capacitar profissionalmente para ter um trabalho digno na vida e na sociedade.

Não acredito, Senhor Presidente, que os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa tenham a ousadia de concordar com esse desvio ideológico, com essa volta ao passado que o professor Ramiro está propondo para o Estado do Paraná.

Tenho a impressão de que a Assembléia Legislativa tem condições de fazer uma boa reflexão sobre o que está em jogo. E quando o projeto do governo vier para a Assembléia, se vier com este centro nervoso, que é o regime por contratação de CLT, que é a espinha dorsal do PLADEPE, tenho a impressão que a Assembléia Legislativa vai dizer um “não” ao PLADEPE, e vai dizer um “sim” ao ensino público no Estado do Paraná.

Para concluir, queria fazer um apelo ao Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, ao Líder do Governo, o Deputado Valdir Rossoni. Não podemos voltar ao passado, se essa questão do ensino público, do plano de cargos e salários, da categoria mais importante que temos na sociedade, que são os professores, aqueles que transmitem o saber. Não podemos voltar ao passado, e aceitar essa atitude discriminatória, ditatorial do governo e do Secretário da Educação, de retirar a contribuição dos professores, ao Sindicato, a Associação dos Professores do Estado do Paraná. Por que não podemos aceitar? Porque só podemos entender esse gesto de retirar a contribuição financeira desta entidade que congrega os professores do Estado do Paraná, para tentar amordaçar os professores na defesa daquilo que achamos o mais importante para a sociedade, que é o ensino público e gratuito.

Então, o apelo que faço, Deputado e Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, Deputado Valdir Rossoni, que Vossa Excelência, como Presidente do Poder Legislativo, leve esta reivindicação dos professores, das professoras, dos Deputados da Assembléia Legislativa, de que o Governador restabeleça a contribuição para o Sindicato, porque ao restabelecê-la, o Governo está dizendo o seguinte: “aceito discutir os problemas da educação com liberdade, com transparência, com democracia, com entidades da sociedade civil organizada, que é o Sindicato dos Professores.

Parabéns a você, e espero que o Presidente da Assembléia e o Deputado Valdir Rossoni encampem esta luta do ensino público gratuito no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia deixar de saudar, neste momento, os professores, funcionários, estudantes da escola pública paranaense que vêm a Curitiba, na Assembléia Legislativa, mais uma vez lutar pelos seus direitos.

Acredito que esta unidade dos professores, funcionários e estudantes, anuncia um período histórico, não só no Paraná, mas em todo o Brasil, de intensa e profunda mobilização social e popular diante da crise avassaladora que o Governo está colocando pela sua política a todo o País.

O Orçamento da União diminuiu as verbas para a saúde e para a educação, trazendo sérios problemas para as nossas universidades, em função disso os estudantes também começam a se mobilizar.

Com relação a universidade paranaense, temos informações seguras de que, no próximo ano não haverá recurso nenhum, repito, recurso nenhum, para investimento e custeio das instituições de ensino superior. Além disso, o Governo Estadual assina com o corte de recursos para a própria folha de pagamento, induzindo, pressionando as instituições a começar, no ano que vem, a cobrar mensalidade dos alunos das novas universidades e instituições de ensino superior, ou então, demitindo professores e funcionários.

Com relação à educação, o Governo do Estado, ao invés de colocar como base de discussão um plano já realizado com profundos debates no seio da categoria, que muda, inclusive, o conceito da educação no Paraná, transformando o funcionário num profissional da educação, numa espécie de isonomia com os professores. Entendo a escola como centro de cidadania, como centro propulsor de um novo modelo de desenvolvimento econômico-social e de fraternidade entre os trabalhadores.

Infelizmente, o Governo do Estado, ao invés de partir da base de discussão desse plano, que já se encontra aqui na Assembléia, assinado por mais de 20 Deputados, com o projeto autorizatório, que se for aprovado, o Governo pode muito bem implantar, ao invés de partir dessa base de discussão, ele tenta, faz uma minuta, através de diretores, tentando induzir apoio das cúpulas das escolas para tentar aprovar o seu plano. Mesmo assim, os diretores, num ato de grandeza, não aceitaram a assinatura lá no centro do governo, de Faxinal do Céu, e preferiram ir discutir nas escolas com suas bases. E, por isso, merecem o nosso apoio e os nossos cumprimentos!

(**Aplausos**)

Todos sabemos, que dentro da lógica perversa do modelo econômico construído pelas elites deste país, a educação não tem mais funcionalidade. A lógica desse sistema não precisa que os filhos desses trabalhadores, que as pessoas mais pobres, tenham uma escola de qualidade, porque é um modelo, porque é um sistema que concentra renda, exclui milhões de homens e de mulheres do trabalho, do emprego e dos direitos. E, por isso, essa lógica perversa, é uma lógica privatista, é uma lógica que quer a educação de qualidade para a minoria.

Por isso, só há um caminho, o caminho da mobilização. Só a mobilização social, a unidade, num outro patamar, entre professores, funcionários e estudantes do Paraná e de todo o Brasil pode fazer frente a esse sistema enorme, forte, monstruoso, que está abatendo a todos nós.

(Aplausos)

Por isso, queria, Senhor Presidente Anibal Khury, reforçar o apelo feito pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

O Deputado Anibal Khury tem nos recebido com muita simpatia no seu gabinete, estivemos reunidos com ele, junto com o Romeu, da APP-Sindicato, com outras lideranças do Paraná, onde o Presidente nos garantiu que não seria votado o PLADEPE, no recesso parlamentar, em sessão extraordinária, garantia do Presidente desta Casa...

(Aplausos)

... honrando os mais de cem mil votos que conseguiu nesse processo eleitoral.

Quero renovar o apelo do Deputado Ângelo Vanhoni ao Deputado Anibal Khury, pela força e expressão política que ele tem no Paraná, para que nos ajude a fazer com que volte atrás nesse ato retrógrado, absurdo, que tira os recursos da APP-Sindicato, nem no regime autoritário isso aconteceu.

Temos o direito de exigir, ao menos, um método de luta social. Não podemos aceitar, em hipótese alguma, que o Governo, na tentativa de impedir a mobilização e a representação dos professores, funcionários, corte aquilo que é fundamental para a existência dessa categoria, que são os recursos que cada professor paga mensalmente para o seu sindicato. Nem os donos das grandes empresas que sofrem greves grandes, que às vezes trazem prejuízos enormes para o seu lucro, fazem isso. Em Ponta Grossa acompanho a luta sindical. Temos sindicatos fortes como dos metalúrgicos, comerciários, fiação e tecelagem que já fizeram muitos movimentos paradas e mesmo assim a classe patronal não ousou cortar os recursos que são pagos mensalmente pelos operários ao seu sindicato.

Não é possível que este Governo, que se diz um governo da modernidade, volte atrás há tanto tempo como se a questão social fosse simplesmente

um caso de polícia, impedindo a mobilização dos professores.

Por isso, apelo ao Presidente Anibal Khury, faço um apelo ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que hoje formemos uma Comissão para negociar com o Governo do Estado, com os dirigentes da APP, para que imediatamente seja restabelecida a contribuição sindical e pelo menos se volte à normalidade neste caso, e todos estejamos preparados para um longo processo de mobilização social contra este regime perverso de destruição de direitos e concentração da riqueza, e de exclusão de milhões de homens e mulheres em todo o País.

Acho que neste momento o Parlamento, a Assembléia Legislativa tem que ter a grandeza histórica que o momento está a exigir e não se curvar, não se submeter aos dados equivocados do Poder Executivo.

Parabéns a vocês que estão aqui e estamos sempre juntos na luta em defesa da educação e da escola pública e gratuita para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Consulto o Presidente da APP se deseja fazer uso da palavra neste instante.

Doutor Romeu, com a palavra por 10 minutos.

O SR. ROMEU

Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados.

Companheiros de travessia, desta amarga e difícil travessia que fazemos de construir este Estado e esta Nação através das escolas. São professores e funcionários sempre ali na luta.

Hoje é um dia marcante para nós e esta Casa se engrandece quando ouve a educação. Quando estivemos aqui no 17 de junho, entregando o nosso Plano de Cargos, dissemos aos Deputados: "cuidem bem deste Plano de Cargos, Carreiras e Salários. É a nossa alma que está aqui dentro!" Porém o Governo não ouviu e o Secretário de Educação fez ouvidos de mercador e tentou embrulhar o magistério, embrulhar a educação. E, diante da inépcia do Secretário de Educação em por em prática o que a lei 9424, votada em 24 de dezembro de 1996 dizia, que num prazo de seis meses todos os Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam organizar novos Planos de Carreira. Em fevereiro fomos ao Secretário pedir que formássemos uma Comissão conjunta para elaborarmos um plano o mais consensual possível.

O Secretário compôs a comissão, mas em seguida tratou de esvaziá-la. Os membros da Comissão por parte do Governo, não compareciam, ou se compareciam, ia um dos três, ou se compareciam dois, não tinham nenhuma proposta.

Por isso organizamos um seminário e construímos um plano de cargos mantendo a coluna vertebral do que consideramos fundamental, que são os nossos direitos conquistados nesses 51 anos de existência, e pouquíssimos avanços com a hora/atividade, para que rompamos essa nódoa, que é o trabalho escravo. Cada professor trabalha em casa duas vezes mais, no mínimo, do que em sala de aula para dar conta da aula no dia seguinte, e isso tudo de graça. Por isso, queríamos a hora/atividade e queríamos a recomposição salarial, que é o que diz a Lei nº 9424 no seu artigo 9º: “todo plano de cargo deverá ter em vista uma remuneração condigna dos professores, da educação.”

O Secretário da Educação não apresentava nada, convidamos para que estivesse no nosso seminário nos dias 05 e 06 de junho, apresentando as suas idéias, não foi e não permitiu que ninguém da Secretaria de Educação fosse. Dia 31 de agosto viemos aos milhares para a frente do Palácio, e lá dentro mais uma vez - pasmem os Senhores - o Secretário da Educação apresentou-se de mãos vazias. E nós, os radicais como ele diz, apresentamos uma saída; pedimos então que dali até o final de setembro - era 31 de agosto - apresentasse então o seu plano, porque era a nossa vida que estava dentro do plano de cargos e salários. Ele é transitório, ele passa, nós ficamos, e tínhamos o direito de saber quais seriam os planos da Secretaria para nós.

E o Secretário se comprometeu, até o final de setembro apresentar o plano, porém, já no dia 21 de setembro encaminha-me um ofício dizendo que no dia 30 de setembro teríamos uma reunião, mas não para ter planos de cargo nenhum, iríamos apenas estabelecer um calendário de reuniões até o final do ano. Ora, não somos ingênuos, sabemos no que ia dar um calendário de reuniões até o final do ano, iríamos chegar como chegaram tragicamente os nossos companheiros lá do Rio Grande do Sul, que foram enrolados o ano todo, e em férias o Governo apresentou um plano, foi aprovado, e perderam tudo o que tinham conquistado.

Nos levantamos contra isso e no dia 28 de setembro uma assembléia nossa decidiu que deveríamos pressionar o Governo lá no coração do Governo, do Executivo, que é a Secretaria da Fazenda. E ali ficamos, no hall de entrada, sem atrapalhar nenhum serviço, pedindo que aquele Secretário, Giovanni Gionédís, que lá não se encontrava, interferisse, para que pudéssemos ter noção de que plano era esse. E foi assim que obtivemos, ao final daquele dia, o plano de cargos chamado PLADEPE e aí pudemos ter noção da sordidez que pesava sobre nós, a ponto dos que entrarem no Magistério entrarão - se esse maldito PLADEPE vingar - mas não terão nenhuma garantia de emprego, não terão nenhuma garantia de jornada de trabalho,

ficarão sempre ao sabor da ira, ou do bom humor do diretor da escola, ou do aluno, porque até o aluno passa a votar se o professor fica ou não fica no emprego.

É uma total inversão do que se chama escola, porque queremos que o aluno nos diga por onde ir, mas não queremos que ele defina se temos ou não emprego naquela escola. E aí daquele professor, então, que exigir rigor, que exigir rigor no conteúdo, que exigir cumprimento de tarefas, e aí daquele professor que tiver um aluno reprovado então, ele terá evidentemente a votação contrária desse aluno, e se houver qualquer indicação política já para um outro nome, esse coitado, independente da sua competência, estará já no olho da rua. E a educação necessita de garantias e direito para exercer esse nobre ofício, porque educar é sinônimo de liberdade. E temos que ter a liberdade da crítica para que o conhecimento se faça.

Pois bem: o Secretário vendo que apresentamos na Assembléia um plano, sai com uma Comissão Interna dia 21 de junho, dizendo que até o ano 2020 seríamos felizes. E ao saltar pressionado o seu PLADEPE, teve o repúdio de todo o magistério, de todos os funcionários. Inclusive, Doutor Anibal Khury, há uma comissão de diretores aqui que desejaria depois, ao final da sessão, falar com Vossa Excelência. Pediria essa gentileza porque também querem expressar o quanto esse PLADEPE nos é maléfico.

Indignado com a Liderança que a APP exerceu e exerce em todo o magistério, o Secretário trama mais uma sordidez contra nós. O Secretário não aceita o diálogo, quer o diálogo da “corda com o pescoço”. Entramos com o pescoço, ele entra com a corda. A hora que dissermos coisas indevidas ele “puxa a corda e tranca a nossa garganta”. E não permitiremos isso.

(Aplausos)

Então, tramam o fim da contribuição que cada associado livremente autoriza que o Governo faça do contracheque do professor, do funcionário da APP. E nós que pagávamos até maio 3 mil reais para que a CELEPAR fizesse esse serviço apertando um botão, passamos, em junho, por determinação do Governo, a pagar 500% a mais. Tivemos um reajuste de 500%, passamos a pagar 15 mil reais. Qualquer padeiro de esquina que aumentasse 500% o preço do seu pão teria imediatamente a repulsa da população e no mínimo seria fechada aquela padaria. Mas o Governo faz impunemente, louva tanto a economia de mercado, mas na hora que interessa sufocar quem lhe faz oposição, adeus economia de mercado. E sobe 500% de um mês para o outro.

Senhores Deputados, nossos direitos são intocáveis. O respeito aos nossos aposentados é

questão de honra. Condená-los, como faz o PLADEPE, a viver com um salário menor do que uma sordidez, é uma brutal injustiça. Condenar o professor hoje estatutário, a ir para um quadro em extinção, é condenarmos a morte lenta. E os funcionários? Será que temos que fazer como o grande Sobral Pinto, que teve que invocar a Lei de Defesa dos Animais, a Lei de Proteção aos Animais para ter a defesa do seu cliente, Luiz Carlos Prestes? Porque tenho absoluta certeza, o salário que o Governo paga aos funcionários é menor do que o custo que ele tem o "tratamento de um cão", com a "alimentação de um cachorro". R\$143,00 (cento e quarenta e três reais) não é salário, é esmola. E nós precisamos de esmola, queremos é justiça.

Por isso, Secretário, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, que estamos aqui hoje: primeiro para dizer em alto e bom som para todos os Deputados: "nós, da porta da escola à direção e daí aos chefes de núcleo, repudiamos esse PLADEPE" Não queremos vê-lo aprovado nas férias e nem depois das férias. nunca queremos esse plano.

Queremos o compromisso da Assembléia que não vá ser votado nas nossas costas, na nossa ausência. Queremos também que os Deputados hoje interferissem através de uma Comissão Interpartidária, que o Governador também assumisse este compromisso e devolvesse o direito que temos de existir, contribuindo livremente com o nosso Sindicato, esse direito tão sagrado, que não podemos abrir mão dele. Aliás, nem na ditadura militar. E nós, do Movimento de Professores e Funcionários, Movimento Popular no Brasil todo derrotamos, permitindo que o Governador Jaime Lerner que esteve no coração daquela Ditadura Militar pudesse se apresentar como candidato e ser eleito. Somos responsáveis por esse direito, não podemos ser vítimas na nossa luta tendo a nossa garganta sufocada.

Por isso, queremos novamente de volta nosso código de desconto e pedimos a intermediação dos Deputados. E mais, o Secretário da Educação promete, promete e se retira. Ele tinha prometido apresentar o Plano para nós no dia 30 de setembro, prometeu dentro do Palácio, não cumpriu, prometeu entregá-lo hoje na Assembléia Legislativa. Onde é que está o Secretário? Sumiu, desapareceu, não veio para o debate. O Secretário tenta travar uma guerrinha verbal pela imprensa. Não estamos interessados nisso, estamos interessados numa escola pública de qualidade, de forma que rompa este grilhão eternos que temos tido a cada dia, pela manhã, termos que pagar royalties aos americanos para lavar o rosto, para escovar os dentes.

Precisamos de uma escola que prepare cidadãos, que prepare ciência e tecnologia, para

rompermos com esse atraso brutal a que estamos submetidos, um atraso tecnológico, secular e só com educação podemos fazer esse rompimento.

Por isso que o Secretário de Educação hoje não tem mais a confiança da educação, ele tem que ser afastado. É condição para o retorno a normalidade. O Secretário Ramiro não está interessado no desenvolvimento da escola pública, é um Secretário interessado na destruição da Escola Pública e por isto peço aos Senhores Deputados que ouçam o clamor das escolas e ajudem-nos a colocar na Secretaria da Educação alguém responsável pela educação, alguém que tenha palavra, para que Vossas Excelências possam medir o grau da nossa disposição de lutar contra esse PLADEPE. Agora há pouco, lá fora quando estávamos pedindo, organizando o pessoal para entrar aqui e aqui nos manter pacificamente, um grupo de professores de funcionários, numa atitude individual e extrema, declararam greve de fome - 14 deles estão lá fora em greve de fome. E me pediram para declarar o seguinte: que só deixarão a greve de fome depois que o Governo devolver esse direito de nós, livremente, contribuirmos com o nosso Sindicato.

E isto tem que acontecer rápido, porque aqueles companheiros são companheiros de fibra. Se este Governo queria mártires, está fabricando. E precisamos, urgentemente, resolver isto, esta é uma atitude individual dos nossos companheiros que estão lá fora e só temos uma solução: cercá-los de todo o cuidado e pedir aos Deputados que façam o mesmo, dirigindo-se através de uma Comissão e a direção da APP ao Palácio, ao final desta sessão, para que possamos dialogar com o Governo.

Quero agradecer as menções de apoio que estamos recebendo. Agora mesmo recebemos por escrito uma moção de apoio da Bancada do PMDB. Recebemos ontem uma moção de apoio da Diocese do Bispo de Paranaguá, a quem também agradecemos. Estamos recebendo o apoio de toda a população. Estejam certos, Senhores Deputados, só queremos o direito de ensinar, o direito de trabalhar nas escolas com tranquilidade. Com este espectro, com a presença deste Secretário o tempo todo com uma espada sobre as nossas cabeças, não teremos paz.

Para finalizar, como dizia bem meu professor, nosso professor Paulo Freire:

"Com educação não se resolve tudo, mas sem educação não se resolve nada."

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Horário das Lideranças: PDT, PTB, PPB.

(Declinam).

PT. Com a palavra, o Deputado Irineu Colombo, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nossa saudação também aos professores e demais trabalhadores da educação no Estado do Paraná. Sejam bem-vindo a esta Casa.

Dos Poderes Judiciário, Executivo, o Legislativo, com certeza, é o mais democrático. Na qualidade de Líder do Partido dos Trabalhadores quero aqui manifestar que, o PT defende a escola pública, gratuita, de qualidade em abundância no seu programa, como defende a saúde e os investimentos no ser humano. Isso para nós é uma questão de programa, mas acima de tudo, um trabalho que deve ser feito no dia-a-dia.

Nessa construção democrática em que pensamos de uma forma e outros tantos pensam de outra forma é que podemos evoluir. Dizer aos professores do Paraná que queremos construir sim, uma proposta com debates antagônicos, mas que seja sempre com debates com a participação de todos os interessados na construção destas propostas.

Queremos reafirmar a proposta do Deputado Florisvaldo Fier, já que a Mesa Executiva liberou em aceitar os aplausos como manifestação carinhosa para esse plenário, queremos pedir também àqueles que participam da galeria que, porventura, algum Deputado usar a palavra aqui, mesmo se contrapondo ao pensamento da maioria aqui, que não usássemos a vaia. Pois queremos construir neste momento, um momento para mostrar que o professor do Paraná tem a força da organização, a força da proposta, a força da ação.

E queremos, elegantemente, discutir com o Governo exaustivamente em todos os momento, mesmo que às vezes o Governo não o faça.

Por isso viemos aqui provocar esta discussão, usando o termo de Che Guevara:

“Ai que endurecer na postura, no pensamento, naquilo que você pensa melhor para a sociedade, mas sem perder a ternura jamais.”

(Aplausos)

Senhores Deputados, esta discussão que iremos travar com relação às propostas que o Governo do Estado tem que fazer, as elaborações, que sobretudo têm que vir do Executivo, para esta Casa de Leis discutir, tem origem num grande debate que começa antes da Constituição, quando o Fórum Brasileiro da Defesa à Escola Pública e Gratuita, dos professores do Brasil, sindicalizados, já discutiam o artigo da Constituição, que dizia que teríamos uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Foi tramitando, portanto, um projeto na Câmara Federal, no Senado Federal, de uma Lei de Diretrizes e Bases, discutido aqui e acolá, com os

professores, o enxerto das propostas do Governo saiu uma Lei de Diretrizes e Bases.

A Lei de Diretrizes e Bases prevê que o Estado do Paraná, por exemplo, e todos os Estados têm que renovar sua Lei de Sistemas. Uma Lei de Sistemas que o nosso Paraná é de 64 e que até agora não foi revogada, que permanece e que o governo até agora não mandou nenhuma proposta da Lei de Sistema.

Portanto, tivemos a iniciativa de apresentar o projeto de lei, que pudéssemos, então, provocar uma discussão junto aos professores, que está tramitando hoje na Assembléia Legislativa.

Também, oriundas da LDB, surgiram tantas outras leis, emendas constitucionais do próprio governo, mandado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre elas, a lei que os municípios e os Estados tenham um novo Plano de Cargos, Carreira e Salário.

Os municípios, Senhores Deputados, todos os municípios do Brasil já o fizeram e cumpriram a nova proposta, no dia 31 de junho, que era a data limite. Muitos municípios travaram um debate amplo com a participação popular, com a participação dos trabalhadores da educação, os zeladores, os guardas, com a participação dos profissionais orientadores, pedagogos e professores, e elaboraram seus planos, com a responsabilidade do Governo Municipal e com a participação e a vontade da contribuição dos trabalhadores. Os municípios fizeram isso. Agora, o Estado do Paraná, não apresentou a data que devia apresentar, em determinados momentos o próprio Secretário disse que a APP não tinha e os Deputados da Oposição não tinham proposta. A APP apresentou a proposta e Plano de Cargos, Carreira e Salário, portanto tem a proposta. Então, parou de falar que não tem proposta. Tem a proposta. Mas não apresentou e não quer aprovar um projeto, porque outros interesses que não são interesses da sociedade paranaense, talvez o motivem.

Portanto, temos que aprovar um Plano de Cargos, Carreira e Salário, para atender uma exigência da Lei Federal. Não é por bel-prazer das lideranças sindicais ou dos professores que deveremos aprovar e o PLADEPE começa por vias tortuosas, mas vamos estabelecer um fórum de discussão. Vamos discutir, agora, da mesma forma que a reação do governo, a forma da mobilização dos professores quando tira do sindicato o desconto da consignação em folha, daquilo que os professores já deliberaram que querem contribuir com o Sindicato, para facilitar operacionalmente. E a APP está pagando 15 mil reais por mês para essa operação, portanto, está comprando um serviço, facilitado, evidentemente, para disposição do Governo e da forma como se trabalha a folha de pagamento. O Governo cortou esta consignação do Código 5MT.

Isso tem que ser revisto, sob pena da radicalização extrema, porque isso passa a um campo, que não é do campo democrático. Nem no período do Governo Álvaro Dias, que enfrentou forte resistência da organização dos professores, isso não teve e não pode continuar existindo.

Queremos, portanto, uma delegação de Deputados que intervenham nesse processo, para discutir a volta do Código 5MT. Queremos que o governo tenha a hombridade de colocar na mesa o PLADEPE. Mas, acima de tudo, colocar o Plano de Cargos, Carreira e Salário dos Professores, que a nossa bancada concorda com esse plano. Tem que ficar bem claro isso. Mas colocar as posições que sejam discutidas num fórum com a participação democrática. Discutir à exaustão, sem as partes perderem a postura e a posição democrática que devem ter. Tem que ter a firmeza que o regime democrático exige, a firmeza das posturas. Mas não podemos permitir que um governo trate isso de uma forma às escondidas, de uma forma radical, como tem que tratar da questão dos descontos, para que não tenhamos, no fim, uma solução desejada.

Queremos, sim, construir um processo de discussão democrática, cumprir a legislação federal, o Governo do Estado do Paraná tem a obrigação de cumprir.

Infelizmente, senhores professores, a legislação brasileira não prevê pena para o governo que está descumprindo os prazos estabelecidos na legislação federal. Apenas exige, não estabelece pena, por exemplo, corte de recursos. É uma pena, se tivesse corte de recursos, esta discussão já teria se adiantado no meio do ano.

Também exige desta Casa, e já temos uma sinalização do Senhor Presidente Anibal Khury, de que não haveria discussão de projeto nenhum de interesse da educação, durante as férias, as merecidas férias dos professores.

Portanto, ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, queremos dizer que queremos discutir sempre as propostas para a educação, queremos cumprir a legislação federal, queremos fazer aqui uma delegação de Deputados para discutir a volta do 5-MD, e queremos que nenhum projeto de lei de interesse da educação seja discutido durante as férias.

É a nossa proposta, e que os professores sejam convidados para discutir à mesa, junto com o Governo do Estado, uma proposta da educação que interessa a todos os paranaenses.

O que os pais dos alunos querem, o que a sociedade quer, é que nem o governo leve vantagem e nem os professores levem vantagem. O que eles querem é "cidadania", querem o direito de seu filho estudar, e este direito é aumentar o investimento da educação, é discutir também com eles, com a orga-

nização dos pais, dos alunos que estão se incorporando ao movimento - como vi, há estudantes se incorporando ao movimento - discutir a cidadania e a cidadania passa em respeitar o direito da educação pública e gratuita. Porque se não respeitarmos a educação pública gratuita, estamos ferindo, inclusive, o princípio da direita, o princípio liberal, que é privatizar o que não é de interesse do governo, mas de manter o que é essencial: educação, saúde e segurança, por exemplo.

Queremos que seja, pelo menos o Governo do Estado do Paraná, um governo minimamente, pelo menos liberal. Vejam que não é pedir demais, vejam que não é solicitar coisa extravagante.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra, o Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Com a saída do Presidente do PFL, gostaríamos de usar este momento, nos dirigir à classe dos professores e aos nossos Parlamentares.

Senhor Presidente, ouvimos aqui discursos inflamados, válidos. É desta forma que construímos a nossa democracia. Sabemos que este país tem imensos problemas a serem resolvidos, e não será com a força do emocionalismo que poderemos resolver, mas sim com a razão. Homens e mulheres, professores e alunos com vontade de resolver os problemas do país, com a razão em primeiro lugar. Equacionando todos os problemas é que chegaremos a uma sociedade melhor que todos buscamos.

Já dizia um homem público, grande estadista, que vivemos num mundo que não criamos, convivemos com problemas que não construímos. Nem sempre as pressões da vida são atribuídas por escolha. Estamos diante de inúmeros problemas, basta dizer que o desenvolvimento pleno de um país é exatamente através da educação, através do ensino. Sabemos disso, todos os companheiros Pares desta Casa sabem disso. Vossa Excelência sabe disso, tenho certeza que o Governador sabe disso.

Olhar sob a ótica das nossas necessidades apenas não basta. Esta é uma visão caolha, e muitas vezes, daltônica. Sabemos que precisamos olhar com seriedade, discutir os problemas com racionalidade.

O problema da educação no Paraná, não é só do Paraná, como o próprio professor Romeu - Presidente da Associação, citou problemas no Rio Grande do Sul, Governo do PMDB e aqui não estamos criticando o Governo do PMDB, também sabemos que temos problemas no Distrito Federal, no Espírito Santo, que são Governos do PT, há proble-

mas no Rio de Janeiro, com Governo do PDT. Então, sabemos que os problemas são enormes. Não podemos criticar Sua Excelência o Senhor Governador, pelo simples fato de ele ser do PFL, como se o PFL fosse a razão de todos os males. O fato de ele estar no governo, evidentemente, gera um número de críticas maior, porque as reivindicações de todos os segmentos, de todas as classes são muitas.

Agora, queremos informar aos senhores professores que, educação e ensino também almejamos. Todos queremos o melhor para os nossos filhos. Sabemos que se não nos adequarmos para esse futuro que está aí, seremos engolidos pelos tigres asiáticos e tantas outras de fora que estão enfiando mercadorias baratas, com, evidentemente, nessa luta tremenda da globalização de um mundo onde a competição só se fará com competência e com parques industriais adequados para o mundo de hoje. Tudo isso sabemos. Queremos o melhor do nosso Brasil para os nossos filhos.

Agora, queremos que haja uma discussão séria, queremos que haja um avanço nesta discussão, queremos que os professores se sentem conosco - tenho diariamente convivido, sentado, conversado com cada professor, pessoas que têm me procurado, e não estou caolho a essa visão, como se só o discurso da oposição, que no momento está aqui, fosse eles os paladinos da resolução dos problemas da educação, absolutamente não estou aqui elogiando o Secretário da Educação, absolutamente não! Só acredito, professor Romeu e membros da Diretoria da APP, que também nós, Deputados, merecemos ser respeitados, porque na ocasião anterior em que Vossa Senhoria esteve aqui, fomos atingidos, e muitos Deputados que estavam ao lado dos professores foram atingidos com pedras, ovos, quando estávamos ao lado dos professores e não admitimos isso. Se educação se faz na escola, merecemos também um pedido de desculpas de Vossa Senhoria.

(Manifestação nas galerias)

Vejam os senhores, tem gente interessada no vosso meio, provoquei neste momento de discussão, aqui, estou usando a tribuna, Senhor Presidente, para mostrar aos senhores que tem uma meia dúzia de pessoas que querem prejudicar toda uma classe, com vaias, e muitas vezes, a falta de uma racionalização, quando merecíamos ser ouvidos também e respeitados.

Quero dizer aos senhores professores que aqui estão que, de concreto não temos absolutamente nada aqui, os Deputados não receberam nenhuma mensagem do Governo e não há nada de concreto, o que existe apenas, até aqui, são esboços, que não foi mencionado aqui. Não chegou nenhuma mensagem do Governador ainda, o que existem são esboços, acredito que este plano do

PLADEPE é apenas um esboço, ainda não chegou a esta Casa.

Então, queremos dizer aos professores que estaremos somando sim, com as boas reivindicações.

Tenho filhos, minhas filhas estudaram em escolas públicas...

(Aplausos)

Quero apenas, para concluir, dizer aos senhores que, no afã, no calor das discussões, muitas vezes algumas questões ocorrem, estamos dizendo aos nossos professores que também existem os dois lados da situação, e não queremos que seja olhada apenas pela ótica vesga de um lado, para alguns que querem aproveitar esta ocasião para tirar proveitos políticos. Queremos que a classe dos professores não seja prejudicada por causa de alguns que na ganância de se manterem nos seus poderes, muitas vezes, prejudicam os alunos ou os professores usando-os como massa de manobras, não queremos que isto aconteça.

(Aplausos)

Para concluir, Senhor Presidente, quero dizer que neste calor, muitas vezes, até alguns governos se equivocam. Lembro-me que em governos anteriores minha filha ficou quase um ano sem aula pela insensibilidade de alguns governadores. Mas não vamos continuar desta forma.

Quero dizer que não estou acusando governos anteriores, estou mostrando as dificuldades que se encontram para chegar a uma equação, a um termo comum onde todos sejam beneficiados. É preciso também olhar o outro lado da situação. Estamos diante de um governo onde a situação econômica não favorece a realizar um governo pleno, onde todos gostaríamos que o Estado avançasse. Estamos procurando saídas para que o nosso Estado atinja o pleno desenvolvimento. Há falta de recursos em todos os lares, sabemos disso. Sabemos que o funcionalismo público está sofrendo, que têm funcionários que há 4 anos não recebem nenhuma reivindicação, nenhum reajuste, quando mais aumento! Sabemos de tudo isso!

Queremos dizer aos professores que têm muitos Deputados sérios aqui, com vontade de ajudar. Tenham a certeza disso que cairemos com uma boa solução, porque é desta forma que chegaremos ao pleno desenvolvimento de uma democracia e de uma sociedade perfeita que buscamos e queremos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Antes de anunciar a Ordem do Dia, devo informar aos Senhores Deputados, à APP e todas as partes interessadas na reformulação da Secretaria da Educação, que, de acordo com a Liderança das Oposições, Liderança do Governo, comigo, Presidente da Assembléia, decidimos, e este fato foi comunicado ao Secretário de Educação, decidimos

só apreciar o projeto da reformulação da Secretaria de Educação no início do próximo período legislativo, ou seja, 15 de fevereiro.

Talvez, devido a esta decisão, comunicado ao Secretário de Educação, é que ele não veio hoje apresentar o projeto.

A Comissão que está sendo designada pela Presidência para, junto à Casa Civil, conversarem sobre o desconto dos Sindicatos que o Estado suspendeu, será composta pelos Deputados Cezar Silvestri, Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Orlando Pessuti e Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/98, de autoria do Deputado César Seleme que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Recreativa e Beneficente Afonso Pena, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 43, de 27.04.98).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 138/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Jorge Dib Abussaf com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 46, de 28.04.98).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Roncador. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 26.05.98).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 266/98, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Rosa, com sede e foro no Município de Jacarezinho. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 96, de 29.06.98).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 362/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Agricultores Rurais da Região de Ibaiti, com sede e foro no Município de Ibaiti. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121, de 01.09.98).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 5503, de 03 de fevereiro de 1967, que criou a Caixa Econômica Estadual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 370/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o Art. 7º, da Lei nº 5.503, de 03 de fevereiro de 1.967, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito especial à Secretaria de Estado da Fazenda, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado a cobrir despesas com a instalação e funcionamento da Caixa Econômica do Estado do Paraná.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.11.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 662/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Sra. Anice Aboulhossem Messmar. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/98, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao empresário Roberto Demeterco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Em votação o projeto, ressalvada a Emenda. O projeto irá para a 3ª Discussão.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/98, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Formação São Francisco de Assis, com sede e foro na Cidade de Mangueirinha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Apoio ao Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha - ACACE, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147/97, de 16.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 465/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade pública a Associação Comunitária de Apoio ao Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha - ACACE, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/98, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Nossa Senhora de Sião, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 94, de 25.05.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 258/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Emerson Nerone, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural e Benefi-

cente Nossa Senhora de Sião, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a (CAOPA) Associações do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105, de 04.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 295/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a CAOPA - Central de Associações do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Medianeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jaboti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105, de 04.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 297/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Jaboti, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 11.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 311/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda supressiva, para melhor adequá-la às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 25.08.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 311/98 EMENDA SUPRESSIVA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/98, de autoria do Deputado Élio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124, de 15.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 385/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de APMI, com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/98, de autoria do Deputado Paulo Gorski, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rodoviária do Paraná, o lote de terra conforme específica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. A C.T.C.I.. COM EMENDA DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 127, de 07.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 396/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Gorski, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Rodoviária do Paraná, o lote de terra que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de Emenda Aditiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 396/98

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Paulo Gorski, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Rodoviária do Paraná, o lote de terra que especifica.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável na forma de Emenda Aditiva.

Chamada a opinar, esta douta Comissão segue o entendimento da Comissão supra-citada, manifestando seu parecer favorável na forma de Emenda Aditiva.

Sala das Comissões, em 03.11.98

(aa) ÉLIO LINO RUSCH - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 396/98

Fica incluído o artigo 2º ao presente Plano de Lei, renumerando-se o artigo 2º para artigo 3º:

“Art. 2º - O imóvel que se refere ao artigo 1º desta Lei, será utilizado como sede da Associação Rodoviária do Paraná, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Sala das Sessões, em 03.11.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Gostaria, Sr. Presidente, em nome da Bancada do PMDB, devido a ausência do Deputado Orlando Pessuti solicitar que integrasse a comissão o Deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Perfeito, passa a integrar a Comissão o Deputado Nereu Moura.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, o item 17 foi retirado da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai ser apreciado na segunda-feira.

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/98, de autoria da Comissão Executiva, que susta os autos do inquérito policial contra o

Deputado Cartário Ribeiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/98

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do Art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos do Inquérito Policial nº 67.159-4, de São José dos Pinhais, oficiado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Geraldo Cartário Ribeiro.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 15.11.98.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1817, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1816, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1818, 1819 e 1820, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só gostaria de fazer um comunicado aos professores que honram com a sua presença. A direção da APP está comunicando que os senhores podem se retirar que a direção está esperando aqui na frente, tem uma comissão que foi formada por cinco Deputados Estaduais, junto com diretores da APP vão se encontrar agora com o Chefe da Casa Civil aqui no Governo do Estado. Então, estou transmitindo o recado do Professor Romeu, vocês podem tranquilamente se reunir lá na frente que a Comissão vai estar aguardando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento nº 1822, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Péricles de Mello e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1821, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Paulo Gorski, Péricles

de Mello e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Prejudicado.**

Está prejudicado em função da indicação da comissão anterior.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16 à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 268, 276, 279 e 291/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 465/97, 258, 285, 297, 311, 385 e 396/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 374, 428, 432, 433 e 435/98.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/98.

Levanta-se a sessão.